



www.onggamba.wordpress.com

Secretário do Meio Ambiente convocará Cepam e Conerh para Reunião Extraordinária após o Carnaval

A 351ª Reunião Ordinária do Cepam – Conselho Estadual de Meio Ambiente, ocorreu na manhã do dia 25/02 no auditório da Secretaria de Indústria e Comércio – SICM, no CAB – Centro Administrativo da Bahia, em Salvador. Estavam presentes, além dos conselheiros do Cepam, funcionários do Sistema do Meio Ambiente da BA, representantes de ONGs ambientalistas e movimentos sociais, dentre outras entidades.

Após as polêmicas geradas sobre a proposta de reforma do Sistema Estadual do Meio Ambiente e da Política Estadual do Meio Ambiente, principalmente quanto à retirada da atribuição do licenciamento ambiental do Cepam, durante duas reuniões que envolveram apenas o segmento ONGs (*acompanhe a discussão lendo as matérias dessas reuniões neste blog*), a discussão foi encaminhada ao Cepam, e abriu o seguinte ponto de pauta:

“Manifestação sobre a proposta de reforma do Sistema Estadual do Meio Ambiente e da Política Estadual do Meio Ambiente. 15 min. Iglesias Cabalero, representante do Instituto de Ação Ambiental da Bahia – IAMBA”.

Ao iniciar seu discurso, o conselheiro Iglesias ressaltou que o objetivo dessa manifestação não era entrar no mérito do que deve ser mudado no Sistema, e que isso aconteceria num momento oportuno para tal. Afirmou que a política de meio ambiente está sob a responsabilidade do Cepam, concedida pela Constituição Estadual de 89, artigo 212: “Ao Estado cabe o planejamento e a administração dos recursos ambientais para desenvolver ações articuladas com todos os setores da administração pública **e de acordo com a política formulada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente**”. Considerando que existe a necessidade de reavaliar e reestruturar a política ambiental propôs uma Reunião Extraordinária do Conselho e solicitou aos presentes que apontassem uma data.

Dando continuidade à manifestação, Rubens Sampaio, conselheiro do Gambá no Cepam, criticou a proposta de reforma que propõe transferir para apenas uma pessoa a responsabilidade de conceder ou negar as licenças ambientais, o que seria um contra-senso absurdo, já que ninguém engloba toda a sabedoria ambiental necessária

para esse tipo de ação. Avaliando que os impactos desses licenciamentos recaem à sociedade, o Cepram detém uma importância essencial por reunir representantes de diversas áreas: poder executivo estadual, setor produtivo e organizações civis, cada qual com sua fração de conhecimento popular e técnico. E concluiu dizendo que, além de um contra-senso, essa mudança seria um enorme retrocesso político, pois, com base no artigo 213 da Constituição, "o Estado instituirá, na forma da lei, um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações da administração pública e da iniciativa privada, **assegurada a participação da coletividade**". Ao final, reforçou a solicitação de Iglesias quanto à realização de uma Reunião Extraordinária exclusiva para esse assunto.

Todos os presentes apoiaram a realização da reunião e alguns pontos foram advertidos:

§ Não temos elementos para saber o retrato da reforma. E não se pode ter juízo do que não se sabe. Solicitamos que o documento da proposta seja encaminhado para as entidades do Cepram, para que, então, possamos fazer análises com contextualizações.

§ Existe um diagnóstico que aponte os pontos fracos e fortes do Sistema? Por que a reformulação?

O Secretário concordou que é função do Cepram discutir os processos políticos de gestão ambiental, e que é isso que se pretende. Afirmou não estar escondendo o jogo, e que, ao contrário, poderia ter asegurado essa informação e enviado a proposta de mudança do Sistema diretamente para a Assembléia Legislativa, mas não o fez. Quanto à lei da política, mencionada por Rubens em momento anterior, disse que o aspecto da participação coletiva não está sendo negado.

Trazer para o Cepram a discussão sobre a mudança do Sistema seria uma regalia ou um compromisso? Ao tratá-la como regalia, o que está escrito na Constituição não estaria sendo negado, ou, pelo menos, desvalorizado?

Diante da solicitação de reunião extraordinária o Secretário prometeu realizar uma convocação do Cepram juntamente com o Conerh – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, justificando que o fato de ser uma reunião conjunta é uma condição para se debater mais amplamente assuntos que devem ser transversais.

Ressaltou que o debate não poderá ser infundável, porque, nesse caso, não estaria contribuindo para a melhoria. E com relação ao diagnóstico do Sistema, solicitado durante a discussão, afirmou que esse será o primeiro ponto de pauta da futura reunião.

A reunião extraordinária ficou prevista para ser realizada entre os dias 13 e 18 de março, na semana seguinte ao carnaval. A data ainda será divulgada.

Lembramos aos interessados que, como dito pelo Secretário, é necessário ter disponibilidade para estar presente o dia todo. Temos uma grande oportunidade de aperfeiçoar o Sistema e não podemos jogá-la fora.

Continuamos na espera da divulgação das propostas (reestruturação da SEMA e da Política Estadual do Meio Ambiente) antes da Reunião Extraordinária, em tempo hábil para que possam ser analisadas.

Mineração e destruição

“De pouco em pouco estão encurtando nosso espaço na comunidade. Minha bisavó sempre residiu em Itapicuru, tem 104 anos, e hoje fica triste com o que estão fazendo na nossa serra”, desabafou Claudiana dos Santos Pereira, moradora da comunidade de Itapicuru, no município baiano de Jacobina. Sua declaração engrossa a lista de denúncias sobre a exploração mineral no estado da Bahia e teve eco no Encontro de Atingidos e Atingidas pela Mineração, realizado pela CPT BA, nos dias 24 e 25 de fevereiro, em Salvador.

Claudiana falou com detalhes sobre os impactos ao meio ambiente e à saúde das pessoas que vivem nas comunidades de Itapicuru, Canavieira e Jabuticaba, causados pela exploração do ouro comandada hoje pela Yamana Gold, em Jacobina. Segundo ela, as violações de direitos geralmente começam já no processo de implantação das empresas, que para convencer a população fazem promessas de geração de empregos, construção de escolas, quadras poliesportivas, estradas, postos de saúde, enfim dizem que estão levando o progresso para a região. Aliado a isto, a falta de informações por parte das comunidades sobre a exploração mineral.

As conseqüências geradas pela exploração mineral vão desde a contaminação da água e do solo, morte das nascentes, poluição sonora, devastação da mata, até a extinção das comunidades e esfacelamento das relações sociais.

Além de Claudiana, Florisvaldo Cardoso, da comunidade Gameleira, em Caitité – BA também contou sobre os problemas causados pela mineração em sua comunidade. Ele mora a um quilômetro da mina de urânio, em Caitité – BA. “Nossas casas estão cheias de rachaduras. Vivemos toda vida aqui e nunca isso aconteceu. Agora, depois da mina...”, falou Florisvaldo. As detonações na mina causam as rachaduras nas casas. Quando a comunidade questiona às Industrias Nucleares do Brasil – INB, que explora a mina de urânio na região, a resposta é sempre a mesma. “Eles dizem que o problema é a terra fraca e a qualidade dos pedreiros”, revela.

A contaminação da água foi outro ponto apresentado por ele. "A gente não sabe se a água está boa ou não. Chega um órgão e diz que está contaminada. Chega outros mais alto e diz que está boa. Quando a empresa leva água pra gente, carrega no mesmo caminhão que leva a contaminada. Se bota comida boa no cocho pra porco, ela é boa?" pergunta Florisvaldo.

As experiências de resistência e luta contra as empresas de mineração e os impactos da atividade de exploração mineral nos estados de Minas Gerais, Pará e Ceará também integraram o encontro, que foi assessorado pelo membro do Movimento pelas Serras de Águas de Minas, Gustavo Gazzinelli. O ambientalista deu uma visão mais ampla dos problemas da mineração, destacando os vários mitos que envolvem a questão.

Na tarde do primeiro dia, 24, participaram do encontro o Superintendente do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, Teobaldo Rodrigues; o diretor do Instituto do Meio Ambiente – IMA, Pedro Ricardo Silva Moreira; o membro da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, Ernesto Alves. A crença na "casadinha" mineração e progresso norteou a apresentação dos representantes dos órgãos do governo estadual. Ruben Sampaio participou representando o Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá e questionou a falta de uma política de exploração mineral no estado da Bahia. O debate com este grupo revelou que ainda é preciso caminhar muito no diálogo com o Estado.

Sexta, 25, último dia do encontro, os trabalhos foram pautados pelo aprofundamento dos instrumentos jurídicos que incidem sobre a mineração. O Ministério Público, através da promotora Luciana Khoury contribui com alguns esclarecimentos sobre as questões legais. A discussão e definição de estratégias das organizações populares para enfrentar os mega projetos de mineração e os impactos causados por eles encerram o encontro.

Claudiana que participou das reflexões e definições do encontro e volta para Jacobina ainda lamentando pelo filho que não pode tomar mais banho nos rios e cachoeiras de sua comunidade, mas com novo folêgo para continuar na luta.

Fonte: <http://www.cptba.org.br/>